



AQUA matrix

AJUSTE DIRETO – Processo n.º 086/AJD/SA/15
Aquisição da Licença de Utilização e Serviços de
Manutenção, Atualização e HelpDesk do AQUAmatrix



Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos

Novembro 2015

O presente documento é composto por 5 folhas, incluindo esta capa, numeradas sequencialmente

Nota de Confidencialidade:

Este documento contém informação confidencial e propriedade da EPAL, S.A. Se não for o destinatário deste documento, não está autorizado a copiá-lo, divulgá-lo ou encaminhá-lo para alguém que não seja o destinatário original. Nesse caso, por favor informe a entidade remetente e deverá destruir o documento. Pareceres, conclusões e qualquer outra informação contida neste documento que não esteja relacionada com a atividade oficial da EPAL, S.A. deverá ser tida como não emitida e não vinculadora desta.

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA
Av. da Liberdade, 24 1250-144 LISBOA
Direção de Relação com Clientes

DECLARAÇÃO

- 1- José Manuel Leitão Sardinha e Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura, portadores dos Cartões de Cidadão 77336631ZYI, válido até 17 de maio de 2016 e 4294596 8ZZ2, válido até dia 15 de outubro de 2019, respetivamente, ambos com domicílio profissional na sede da sua representada, sita na Av. Liberdade, número vinte e quatro, em Lisboa, na qualidade de representantes legais da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., pessoa coletiva nº 500906840, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do **Ajuste Direto 086/AJD/SA/15, Aquisição da Licença de Utilização e Serviços de Manutenção, Atualização e HelpDesk do AQUA matrix**, declaram, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declaram aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2- Declara também, que executará o referido contrato nos termos previstos no seguinte documento que junta em anexo:
- a) Pombal_Proposta de Licenciamento na suite Aplicacional AQUA matrix;
 - b) Pombal_Proposta de Manutenção, Atualização, Operação e Hosting da suite aplicacional AQUA matrix.
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra, que:
- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Não foi condenada, por sentença transitada em julgado, por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, bem como os titulares dos seus órgãos sociais de administração não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
 - c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, bem como os titulares dos seus órgãos sociais de administração não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;



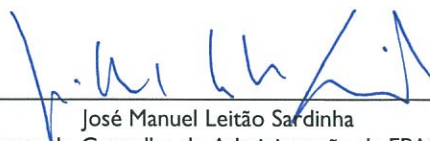
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
 - f) Não foi objeto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do n.º I do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º I do artigo 71.º da Lei 19/2012, de 8 de maio, e no n.º I do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
 - g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;
 - h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
 - i) Não foi condenada por sentença transitada em julgado bem como os titulares dos seus órgãos sociais de administração não foram condenados por algum dos seguintes crimes:
 - i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º I do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º I do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
- 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou

- concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 4 desta declaração.
- 7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 20 de novembro de 2015
EPAL, S.A.



Maria Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
(Vogal do Conselho de Administração da EPAL, S.A.)



José Manuel Leitão Sardinha
(Presidente do Conselho de Administração da EPAL, S.A.)

